



MUNICÍPIO DE VALENTE
ESTADO DA BAHIA
Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº _____ DE 30 DE SETEMBRO DE 2024
PROCESSO Nº _____/2024

**ESTIMA A RECEITA E FIXA DESPESA
DO MUNICÍPIO DE VALENTE PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE VALENTE, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fundamento no que dispõem a Constituição Federal em seu art. 165, §5º, a Lei Orgânica Municipal e a Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO para o exercício de 2025,

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Título I

DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Valente para o exercício financeiro de 2025, no valor de **R\$ 145.110.347,00 (Cento e quarenta e cinco milhões, cento e dez mil, trezentos e quarenta e sete reais)** compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município e seus fundos: **R\$ 111.771.104,00 (Cento e onze milhões, setecentos e setenta e um mil, cento e quatro reais)**, referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta;

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Municipal: **R\$ 33.339.243,00 (Trinta e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e quarenta e três reais)**, abrangendo os órgãos, entidades e fundos a ela vinculados.

Título II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL



MUNICÍPIO DE VALENTE
ESTADO DA BAHIA
Gabinete do Prefeito

Capítulo I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Da Receita Total

Art. 2º. A Receita Orçamentária, a preços correntes, está estimada em **R\$ 145.110.347,00 (Cento e quarenta e cinco milhões, cento e dez mil, trezentos e quarenta e sete reais)**, e será arrecadada conforme a legislação tributária vigente e especificações constantes dos quadros integrantes desta Lei, observando o seguinte desdobramento:

Sumário Geral da Receita por Fontes (Lei 4.320, art.2º, §1º, I)

I – Administração Direta:		
Receitas Correntes		148.690.061,40
	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.907.902,40
	Receita Patrimonial	1.026.603,00
	Transferências Correntes	142.398.976,00
	Outras Receitas Correntes	357.390,00
Receita de Capital		8.353.055,00
	Transferência de Capital	8.353.055,00
(-) III – Dedução da Receita		(11.932.769,40)
	Fundeb	(11.932.769,40)
Receita Total		145.110.347,00

Capítulo II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Da Despesa Total

Art. 3º. A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, está fixada em **R\$ 145.110.347,00 (Cento e quarenta e cinco milhões, cento e dez mil, trezentos e quarenta e sete reais)**, desdobrada nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentária, nos seguintes agregados:

I – O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município e seus fundos: **R\$ 111.771.104,00 (Cento e onze milhões, setecentos e setenta e um mil, cento e quatro reais)**, referente aos Poderes Legislativo e Executivo, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta;



MUNICÍPIO DE VALENTE
ESTADO DA BAHIA
Gabinete do Prefeito

II - O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos da Administração Municipal: **R\$ 33.339.243,00 (Trinta e três milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e quarenta e três reais)**, abrangendo os órgãos, entidades e fundos a ela vinculados.

Art. 4º. A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros integrantes desta Lei, com os seguintes desdobramentos:

Sumário Geral da Despesa por Funções (Lei 4.320, art. 2º, §1º, I)

I – Por Funções de Governo

Código	Especificação	Total Fixado
01	LEGISLATIVA	4.288.500,00
02	JUDICIÁRIA	399.360,00
04	ADMINISTRAÇÃO	16.635.353,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	473.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.324.133,00
10	SAÚDE	30.224.970,00
11	TRABALHO	17.000,00
12	EDUCAÇÃO	69.705.436,00
13	CULTURA	3.104.225,60
14	DIREITOS DA CIDADANIA	51.000,00
15	URBANISMO	2.014.535,00
16	HABITAÇÃO	425.000,00
17	SANEAMENTO	5.633.920,40
18	GESTÃO AMBIENTAL	104.000,00
20	AGRICULTURA	64.000,00
22	INDÚSTRIA	20.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	14.000,00
25	ENERGIA	1.301.000,00
26	TRANSPORTE	8.000,00
27	DESPORTO E LAZER	783.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	4.369.914,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00
		145.110.347,00



MUNICÍPIO DE VALENTE
ESTADO DA BAHIA
Gabinete do Prefeito

II – Por Categoria Econômica e Grupo de Despesa

Código	Especificação	Valor Expresso
3.0.0.0.00.00.00	Despesas Correntes	124.034.690,52
3.1.0.0.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	75.543.420,00
3.2.0.0.00.00.00	Juros e Encargos	4.000,00
3.3.0.0.00.00.00	Outras Despesas Correntes	48.487.270,52
4.0.0.0.00.00.00	Despesas de Capital	20.925.656,48
4.4.0.0.00.00.00	Investimentos	17.924.656,48
4.6.0.0.00.00.00	Amortização da Dívida	3.001.000,00
9.0.0.0.00.00.00	Reserva de Contingência	150.000,00
Total		145.110.347,00

Art. 5º. Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Plano Plurianual no que dispõem sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025.

Art. 6º. Até trinta dias após a publicação da presente Lei o Executivo deverá fixar a programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, em conformidade com o art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, art. 47 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Capítulo III

DOS DEMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS

Art. 7º. Integram esta Lei, na forma da legislação vigente, os Demonstrativos Consolidados constantes no anexo I, indicando:

- I- Demonstrativos Consolidados da Lei nº 4.320/64;
- II- Outros Demonstrativos Consolidados;
- III- Anexos Complementares e Explicativos.

Parágrafo Único - As Metas Fiscais, definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2025, em obediência à Lei Complementar nº 101/00, ficam ajustadas na conformidade dos quadros correspondentes que igualmente integram os “Anexos Complementares e Explicativos” desta Lei.



MUNICÍPIO DE VALENTE
ESTADO DA BAHIA
Gabinete do Prefeito

Capítulo IV
DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO

Art. 8º. Para cumprimento do disposto no artigo 167, incisos V e VII, da Constituição Federal, e tendo em vista o que estabelece seu artigo 165, §8º, e a Lei Federal nº 4.320/64, em seu art. 7º, incisos I e II, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares mediante Decreto Executivo, destinado ao reforço de dotações orçamentárias nos limites e fontes de recurso abaixo indicados:

a) Decorrentes de superávit financeiro, até o limite do valor apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2024, conforme estabelecido no art. 43, parágrafo 1º inciso I e parágrafo 2º, da Lei Federal nº 4.320/64;

b) Decorrentes do excesso de arrecadação, até o limite do valor apurado na forma do art. 43, § 1º, inciso II e §§ 3º e 4º da Lei Federal nº 4.320/64;

c) Decorrentes da anulação parcial ou total de dotações, respeitando o limite de 90% (noventa por cento) do total do orçamento fiscal e da seguridade social, aprovados por esta Lei, conforme permitido pelo art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64. *(Emenda Modificativa nº 001/2023)*

d) Proveniente de operações de crédito ou saldo de operações de crédito autorizadas em exercícios anteriores e não incluídos na estimativa da receita do exercício.

II – criar, quando necessário, novos elementos de despesa com a finalidade de facilitar o cumprimento da programação aprovada nesta Lei.

III – efetuar operação de crédito por antecipação de receita nos limites fixados pelo Senado Federal, obedecendo ao disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. – Os créditos suplementares autorizados nesta Lei obedecerão ao que estabelece a lei 4.320/64.

Art. 9º. As fontes de recursos aprovadas nesta Lei e em seus créditos adicionais poderão ser modificadas pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante ato próprio, visando o atendimento das necessidades da execução dos



MUNICÍPIO DE VALENTE
ESTADO DA BAHIA
Gabinete do Prefeito

programas, observando-se, em todo caso, as disponibilidades financeiras de cada fonte de recurso.

Capítulo V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos correspondentes.

Título III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Capítulo Único

Art. 11. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetro para utilização das dotações de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de setembro de 2024.


UBALDINO AMARAL DE OLIVEIRA
Prefeito